

Prospectiva (Frutal-MG).

Correlação entre geografia escolar e o meio ambiente natural.

Adriana Lopes Furtado.

Cita:

Adriana Lopes Furtado (2016). *Correlação entre geografia escolar e o meio ambiente natural*. Frutal-MG: Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/editora.prospectiva.oficial/9>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pVe9/vQo>

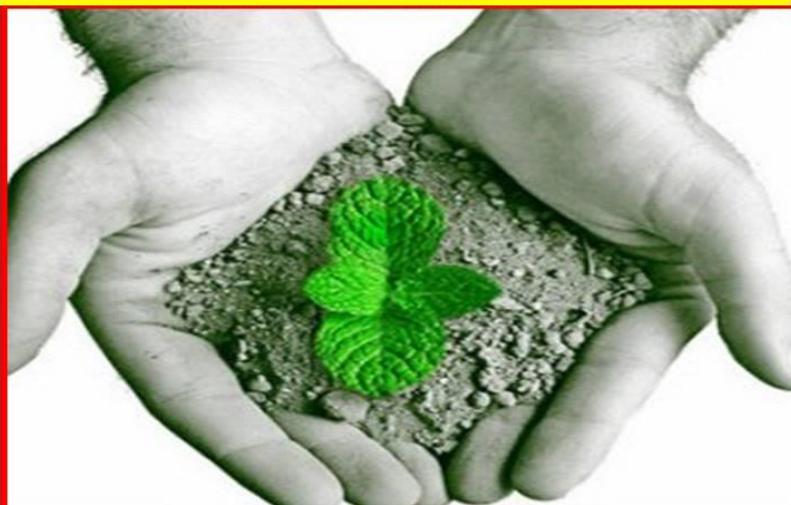


Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Adriana Lopes Furtado

Correlação entre geografia escolar
e o meio ambiente natural



COLEÇÃO
Produzir Cidadania

EDITORA
PROSPECTIVA

Adriana Lopes Furtado

**Correlação entre geografia escolar e o meio
ambiente natural**

**Frutal-MG
Editora Prospectiva
2016**

Copyright 2016 by Adriana Lopes Furtado

Capa: Jéssica Caetano

Foto de capa: [http://3.bp.blogspot.com/_0-](http://3.bp.blogspot.com/_0-Bc0QI64AU/TIv4m4qCX8I/AAAAAAAAAAGE/uqugEKLXGtK/s1600/meio_ambiente.jpg)

[Bc0QI64AU/TIv4m4qCX8I/AAAAAAAAAAGE/uqugEKLXGtK/s1600/meio_ambiente.jpg](http://3.bp.blogspot.com/_0-Bc0QI64AU/TIv4m4qCX8I/AAAAAAAAAAGE/uqugEKLXGtK/s1600/meio_ambiente.jpg)

Revisão: o autor

Edição: Editora Prospectiva

Editor: Otávio Luiz Machado

Assistente de edição: Jéssica Caetano

Conselho Editorial: Antenor Rodrigues Barbosa Jr, Flávio Ribeiro da Costa, Leandro de Souza Pinheiro, Otávio Luiz Machado e Rodrigo Portari.

Contato da editora: editorapropectiva@gmail.com

Página: <https://www.facebook.com/editorapropectiva/>

Telefone: (34) 99777-3102

Correspondência: Caixa Postal 25 – 38200-000 Frutal-MG

Furtado, Adriana Lopes.

Correlação entre geografia escolar e o meio ambiente natural/Adriana Lopes Furtado – Frutal: Prospectiva, 2016.

72 f.

ISBN: 978-85-5864-007-7

1. Geografia. 2. Meio ambiente. 3. Educação. I. Furtado, Adriana Lopes. II. Universidade do Estado de Minas Gerais. III. Título.

Dedico esta obra aos meus pais e ao meu filho que são os motivos de tudo isso acontecer.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me permitido chegar até aqui.

Agradeço aos meus pais Antônio e Fátima por terem estado sempre presentes em todas as minhas decisões.

Agradeço aos meus irmãos Bruno e Leonardo que sempre me levantaram com palavras de ânimo nos momentos de desânimo.

Agradeço a minha avó Aparecida pela força e coragem que sempre me passava.

Agradeço também as minhas colegas de trabalho Dalva, Luciana e Nayara por estarem ao meu lado dia a dia me incentivando a nunca desistir.

Agradeço aos meus colegas de sala que convivi durante todos estes anos.

Agradeço aos meus professores: André Vinicius Martinez, Cristiane Barros, Eliane Panarelli, Gercina Ângelo, Izabel Tacelli, Leandro Pinheiro, Marcela Salci Tomazetti, Marli Graniel Kinn, Thiago Torres e Toni de Souza. Muito obrigada tanto aqueles que tive maior afinidade quanto aqueles que não, mas todos contribuíram para que este sonho se realizasse.

Agradeço também a professora e orientadora Ana Maria Taveira Braga pela motivação e alternativas para a consolidação deste trabalho. Sua presença foi de suma importância para minha formação acadêmica, serei sempre grata.

Em especial ao meu filho Davi por ter compreendido minha ausência em todas as noites e finais de semana.

E por fim, a todos aqueles que contribuíram direto ou indiretamente para que este sonho se realizasse.

"A maneira mais segura, porém ao mesmo tempo mais difícil de tornar os homens menos propensos à prática do mal, é aperfeiçoar a educação".

Cesare Beccaria

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Imagem panorâmica da Escola E.L.S

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Fatos que marcaram a Educação Ambiental no Brasil

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Perfil dos alunos

Gráfico 2: Conceito de meio ambiente natural

Gráfico 3: Questões ambientais em sala de aula

Gráfico 4: Contribuição das práticas ambientais vistas em sala de aula

Gráfico 5: Destino do lixo produzido pela população

Gráfico 6: Reciclagem do lixo doméstico

Gráfico 7: Problemas ambientais da atualidade

Gráfico 8: Ações da população a favor da proteção ambiental

Gráfico 9: Meio ambiente natural e o futuro

Gráfico 10: Responsáveis pelos impactos ambientais

Gráfico 11: Fontes de informações

LISTA DE SIGLAS

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas

AGAPAN: Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

CNE: Conselho Nacional de Educação

CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente

EA: Educação Ambiental

FNMA: Fundo Nacional do Meio Ambiente

GEODEN Geotecnologias Digitais no Ensino

ISSO: *International Organization for Standardization*
(Organização Internacional para Padronização)

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC: Ministério da Educação e Cultura

MMA: Ministério do Meio Ambiente
NBR: Norma Brasileira
ONG: Organização Não-Governamental
PCNs : Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE: Plano Nacional de Ensino
PNEA: Política Nacional de Educação Ambiental
PRONEA: Programa Nacional de Educação Ambiental
RIsO: Rede de Informações Solidárias
SEDIAE: Secretaria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional
SEMA: Secretaria Especial do Meio Ambiente
UNESCO: *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	05
INTRODUÇÃO.....	13
1 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO.....	18
1.1 Ensino Fundamental.....	18
1.2 Geografia e sua historicidade.....	21
1.2.1 Geotecnologia no ensino.....	24
2 AMBIENTE NATURAL.....	28
2.1 Meio ambiente e sua classificação.....	30
2.2 Educação ambiental.....	31
2.3 Práticas educativas.....	34
2.4 Aspectos legais ao tema.....	36
3. TRABALHO DE CAMPO-PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	44
3.1 Metodologia.....	45
3.2 Resultados e discussões.....	46
3.3 Sugestões.....	59

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICE I.....	69
APÊNDICE II.....	70

INTRODUÇÃO

A geografia é uma disciplina que instiga o aluno para observar e pensar criticamente o meio ambiente. Nesse sentido, pode-se dizer que o conteúdo abordado na disciplina visa às transformações que o meio ambiente sofre em função das práticas humanas. Práticas essas que suscitam uma reflexão do ensino da geografia sobre sua aplicabilidade em sala de aula, em particular direcionada a educação ambiental com estreita ligação nas questões relacionadas homem/meio.

A geografia escolar procura desenvolver com as escolas e com os profissionais da área, uma consciência ecológica rumo à democracia aonde possam estabelecer um padrão correto de vida para toda a humanidade, com intuito de transformar a mentalidade dos jovens, conscientizando-os a um comportamento mais apropriado quanto ao uso dos recursos naturais, tornando admissível uma ação coerente, capaz de acolher às necessidades da natureza.

As práticas pedagógicas desenvolvidas tanto em sala de aula ou em comunidade conferem maior

peso no equilíbrio ambiental, garantindo assim, um ambiente sustentável à futuras gerações. É o que será abordado no decorrer do estudo, levando em consideração a percepção dos alunos do Ensino Fundamental da Escola Estadual Lauriston de Souza no município de Frutal/MG. Uma vez que os professores podem desenvolver projetos ambientais e trabalhar com conceitos e conhecimentos voltados para a preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais.

O estudo justifica-se pela aplicabilidade da educação ambiental por meio da geografia com alunos do Ensino Fundamental, sendo de suma importância em razão de estar em fase de formação como cidadãos, o que viabiliza na conscientização dos hábitos e costumes frente ao ambiente.

Outro fator que também justifica a temática é a maneira de trabalhar com alunos em sala de aula na promoção de uma aprendizagem voltada para a preservação do meio ambiente, seja por meio de campanhas educativas, redução do consumo de água, coleta seletiva, reflorestamento entre outros fatores como a conscientização humana.

Entre os objetivos do trabalho está em tomar ciência se nas aulas de geografia são realizadas algumas atividades ambientais; Abordar a correlação

entre os conceitos tratados na disciplina de geografia e os constantes nos materiais didáticos disponibilizados pela escola; conhecer as atividades realizadas em sala de aula, visando o meio ambiente natural; identificar a correlação entre o conteúdo da geografia e as atividades educativas do Ensino Fundamental da Escola Estadual Lauriston de Souza; analisar as perspectivas dos alunos por meio do trabalho de campo.

Para alcançar os objetivos propostos, será desenvolvido um estudo teórico com base nas literaturas e artigos específicos, bem como o trabalho de campo, utilizando como ferramenta a coleta de dados que será realizado por meio do questionário qualitativo aplicado aos alunos.

Entende-se por trabalho de campo aquele que "utiliza a metodologia do empirismo para obter seus resultados, partindo da observação [...] de que tudo é formado a partir da relação de interdependência entre os organismos" (CASSOL, 2009, p. 5),

A matrícula e a presença dos alunos do Ensino Fundamental são os elementos chave para compor os critérios da pesquisa. A abordagem será realizada durante a aula de geografia, disponibilizada pelo professor da disciplina, visando à diversidade de

idade e sexo, para que os dados possam estar coesos com os objetivos do estudo.

Todo o conteúdo aqui abordado caracterizou na elaboração de três capítulos, assim distribuídos:

Capítulo I: é composto pelo desenvolvimento do estudo teórico, o Ensino Fundamental, geotecnologia no ensino e a historicidade da geografia;

Capítulo II: aborda o ambiente natural, a educação ambiental, os aspectos legais ao tema e fechando o capítulo, as práticas educacionais;

Capítulo III: nessa fase será realizado o trabalho de campo com foco na percepção dos alunos de Ensino Fundamental, da Escola Estadual Lauriston de Souza em relação à correlação entre geografia escolar e o meio ambiente natural com base nas experiências vivenciadas durante as aulas de geografia. Os dados obtidos por meio da pesquisa serão analisados e discutidos no decorrer do trabalho, seguido de algumas propostas para o tema.

Fechando os capítulos, as considerações finais e as devidas referências utilizadas como suporte para o desenvolvimento do trabalho.

Ao término pretende-se analisar e discutir os resultados obtidos no estudo numa perspectiva de que a geografia é uma disciplina que contribui com a formação do cidadão como num mundo em que o meio ambiente pede socorro pela sua degradação.

1 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

A parte teórica do presente trabalho foi revisada nas literaturas específicas que de acordo com Gil (2002) a revisão literária é aquela desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, desenvolvidos a partir de fontes bibliográficas que se propõem à análise de diversas posições acerca de uma visão ou problema, também desenvolvidas mediante fontes bibliográficas.

1.1 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental nas décadas de 1970 e 1980 revigorou a política educacional no país em função da expansão das oportunidades escolares, com isso, houve um aumento expressivo no acesso à escola básica. Diante dessa expressão, a Secretaria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional (SEDIAE), do Ministério da Educação e do Desporto, reafirmaram a necessidade de revisão do projeto educacional do País, o que foi possível a partir daí, concentrar a atenção na qualidade do ensino e da aprendizagem (BRASIL, 1997, p. 17).

O Ensino Fundamental de acordo com os Parâmetros Curriculares deve obrigatoriamente propiciar oportunidades para o estudo da língua portuguesa, da matemática, do mundo físico e natural e da realidade social e política, enfatizando: o conhecimento. Entre as proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para o Ensino Fundamental está o de propiciar a todos a formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem, conforme os apresentados pela introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais, assim apresentados:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1997, p. 15).

Inicialmente de acordo com o art. 32 da LDB, a duração mínima para o Ensino Fundamental era de 8 (oito) anos, tendo como objetivo a formação básica do cidadão. A partir do ano de 2006 a Lei nº 11.274 altera os artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394/96 (LDB) regulamentando o EF para 9 (nove) anos, com isso, assegura um tempo maior de convívio da criança na escola, promovendo oportunidades de um ensino com mais qualidade na visão do governo.

Segundo o 3º Relatório de Programa de ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, o Plano Nacional de Ensino (PNE) estabelece que "a implantação progressiva do Ensino Fundamental de nove anos, com a inclusão das crianças de seis anos, deve se dar em consonância com a universalização do atendimento na faixa etária de 7 a 14 anos". Acrescenta ainda que "esta ação requer planejamento e diretrizes norteadoras para o atendimento integral da criança em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, além de metas para a expansão do atendimento, com garantia de qualidade" (BRASIL, 2006, p. 15).

Diante da expectativa do governo em proporcionar uma regulamentação que garanta a qualidade para o Ensino fundamental, é válido ressaltar que a melhor qualidade não consiste apenas

na permanência da criança (convívio) na escola, e sim, adequar a ordem administrativa com o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, levando em consideração o processo cognitivo da criança, seja de característica física, social, psicológica e/ou na capacidade de adquirir conhecimento; para isso, se faz necessário adotar orientações pedagógicas voltadas para a interação da criança como cidadã na constituição de conhecimentos e valores.

1.2 Geografia e sua historicidade

As últimas décadas foram marcadas por inúmeras transformações nas diversas áreas científicas, e a geografia como ciência social está diretamente implicada nessas transformações. Para enfatizar essas transformações, Carvalho (2004, p.29), ressalta que "o ensino da geografia sempre foi baseado na memorização de nomes, quer de rios, de montanhas, de cidades, ou de qualquer outro aspecto do espaço, desde o seu surgimento como disciplina escolar."

Nesse contexto, segundo Callai (2005, p. 229) a geografia tradicionalmente não tem muito a contribuir tratada caracterizada pelo número de

dados geográficos que trabalha espaços fragmentados, em geral opera com questões desconexas, isolando-as no interior de si mesmas, em vez de considerá-las no contexto de um espaço geográfico complexo.

Nesse cenário, vale enfatizar de que não só a sociedade em si, mas todo o processo educativo vem passando por várias mudanças, mudanças essas também observadas no contexto da geografia sejam por meio das políticas públicas via Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), por exemplo, ou por exigência da própria ciência. Portanto, a educação ambiental por meio da geografia é um processo que objetiva na conscientização, preservação e conservação da natureza.

Considerando a tradição enfatizada por Callai (2005, p. 231) é necessário:

[...] romper com a prática tradicional da sala de aula, não adianta apenas a vontade do professor. É preciso que haja concepções teórico-metodológicas capazes de permitir o reconhecimento do saber do outro, a capacidade de ler o mundo da vida e reconhecer a sua dinamicidade, superando o que está posto como verdade absoluta. É preciso trabalhar com a possibilidade de encontrar formas de compreender o mundo, produzindo um conhecimento que é legítimo.

Essa legitimidade é destacada por Cassol (2009, p. 3) quando enfatiza as práticas pedagógicas que substituíram essa tradição como "as experiências em trabalho de campo, aulas na cozinha, no riacho, no mato, sentados no gramado, recriando ambientes, criando espaços de novidades e curiosidades."

Espaços estes que na geografia segundo Callai (2005, p. 235) "é a perspectiva para se estudar olhando em volta, percebendo o que existe, sabendo analisar as paisagens como o momento instantâneo de uma história que vai acontecendo."

Assim, não basta romper com as práticas tradicionais em sala de aula como a memorização de nomes, utilizando apenas livros didáticos, é necessário uma teoria que permite reconhecer os espaços de maneira que compreenda o que é legítimo.

Em relação aos livros didáticos, Cassol (2009, p. 1-2) argumenta que "estamos numa era em que o livro didático deve ser um coadjuvante na aprendizagem. Não podemos de forma alguma nos apegar as leituras e figuras, no momento em que o mundo lá fora gira de forma rápida."

A geografia é de início, um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares e são tais práticas que exigem o

conjunto articulado de informações extremamente variadas, [...], das quais não se pode compreender a razão de ser e a importância, se não se enquadra no bem fundamentado das abordagens do saber pelo saber. Tais práticas estratégicas que fazem com que a geografia se torne necessária, ao chefe supremo, àqueles que são donos dos aparelhos dos Estados (LACOSTE, 2012, p.23).

1.2.1 Geotecnologia no ensino

A tecnologia é um processo inovador presente no mundo todo, a qual a educação está inserida. Os resultados oriundos da essência do novo possibilitaram novas experiências na compreensão dos fenômenos geográficos. Esse processo também promoveu a transformação da geografia em vários aspectos: entre eles no contexto da sociedade, quando todos os cidadãos possuem uma imagem diferente, desta ciência e sua relevância no contexto atual e futuro, por meio de uma nova geografia que aposta na formação do GeoCidadão (JULIÃO, 2009 apud DI MAIO; SETZER, 2011, p. 229).

Na área da Geografia, no campo da cartografia foram desenvolvidos vários programas educacionais com base em dados geográficos como o

Geotecnologias Digitais no Ensino (GEODEN) e o Geotecnologias como Instrumento da Inclusão Digital e Educação Ambiental, ambos estão associados ao projeto de extensão da Geotecnologia nas aulas de Geografia do Ensino Básico.

Portanto, são iniciativas voltadas para a produção de conteúdos de apoio a participação e fortalecimento da cidadania.

A geoinformação também está presente por meio do projeto Rede de Informações Solidárias (RISO) relacionado com a educação, cultura e atividades esportivas que foi desenvolvido na Universidade Federal Fluminense, baseado em conceitos de cartografia social e ferramentas do Google Earth¹, consideração que a cartografia pode ser uma ferramenta para aproximar os lugares, especialmente das pessoas com poucos acessos às oportunidades (DI MAIO; SETZER, 2011, p. 229).

Assim, são vários os recursos tecnológicos direcionados ao estudo da geografia como os *softwares* que promove informações do Mundo,

¹ O Google Earth é um aplicativo que oferece ao usuário vasta informação geográfica e que possibilita visualizar imagens de satélite e mapas, bem como calcular distâncias entre diversos lugares, criação de rotas, visualização de edifícios, monumentos e construções em três dimensões, dentre outros recursos. Permite a sobreposição de camadas que podem conter dados como mapas de ruas, localização de prédios e serviços. Disponível na internet.

possibilitando o acesso a imagens, clima, áreas devastadas, focos de incêndio, simulações, urbanizações, além de uma vasta quantidade de temas e conteúdos relacionados que encontram-se disponíveis na internet. Dessa forma, o computador é um grande aliado no ensino de Geografia.

Atualmente nas escolas contemporâneas, o computador tornou-se uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, é um recurso digital inovador que vai muito além da televisão e dos DVDs por estarem inseridos o ouvir, ver e criar.

O computador segundo Di Maio (2004) "é realmente um recurso que desperta nos alunos um grande interesse por si só, e cabe a nós professores e pesquisadores direcionarmos e tirarmos o máximo proveito das tecnologias para a melhoria da qualidade das aulas e do interesse dos alunos em aprender".

De acordo com Di Maio e Setzer (2011, p.227), o educando pode "criar procedimentos que levem o aluno a perceber que pode haver múltiplas hipóteses." Com isso, o ensino aprendizado, terá uma compreensão mais concisa dos fenômenos geográficos.

Considerando o entendimento dos autores, é de suma importância que os educadores desenvolvam estratégias que permitam a integração do conhecimento. Para isso, o educador precisa estar preparado para desenvolver suas atividades em sala de aula de maneira atualizada, dinâmica e interdisciplinar. Ressaltando que os avanços tecnológicos voltados para a educação visam a melhorar o processo ensino-aprendizagem.

A geoinformação não aparece somente como uma nova possibilidade para a prestação de informações, mas também levanta uma série de desafios e percepções como a eficiência da transmissão da informação espacial.

2 AMBIENTE NATURAL

O conceito para o ambiente natural ou meio ambiente (expressão mais comum) carece de análise de diversas considerações como o aspecto histórico, urbano, paisagismo, entre outros fatores, além de entender suas classificações. Para enfatizá-lo é necessário entendê-lo.

A Lei 6.938, instituída a partir de 1981 designa no art. 3º inciso I, o meio ambiente como: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (BRASIL, 1981).

De acordo com a NBR ISO 14.001 conceitua o meio ambiente pela "circunvizinhança em que uma organização opera, incluindo-se ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, seres humanos e suas inter-relações" (ABNT, 2004).

Em conformidade com o Anexo I, inc. XII, o Conselho Nacional do Meio Ambiente define meio ambiente como "o conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas" (CONAMA, 2002).

Freire (2000, p. 17), oferece sua contribuição ensinando que o meio ambiente "é o universo natural que, efetiva ou potencialmente, exerce influência sobre os seres vivos [...] no aspecto jurídico, "o ambiente tem como característica a indivisibilidade e a indefinição da sua propriedade ou da titularidade do direito a ele".

O meio ambiente possui duas visões: a estrita e a ampla. A estrita o autor defende que é aquela que define o meio ambiente como um patrimônio natural e as afinidades entre os seres vivos. Já a ampla ainda nas palavras do autor considera que o meio ambiente não é unicamente natureza em sua forma natural, também tem a natureza artificial (a que foi modificada pelo homem), os bens culturais e a semelhança entre os seres vivos (MILARÉ,1995 apud VILLA JÚNIOR, 2008).

Percebe-se que o meio ambiente compreende todos os fatores que comprometem a transformação e o comportamento de um ser vivo, de uma espécie, abrangendo a água, a luz, o ar e a terra, por isso, tão grande é a importância da conservação ambiental. Entendendo o conceito do meio ambiente, justifica-se a realização do estudo com alunos do Ensino Fundamental, voltado para as práticas ambientais desenvolvidas em sala de aula.

2.1 Meio ambiente e sua classificação

Quando refere-se em classificação do meio ambiente, Fiorillo (2005 apud OLIVEIRA, 2007) não se furta a oferecer sua contribuição enfatizando a existência do meio ambiente natural, artificial, cultural e o do trabalho, assim apresentados:

a) Meio ambiente natural: é composto pela água, o solo, o ar atmosférico, a flora, a fauna e todos os elementos responsáveis pelo equilíbrio entre os seres vivos e o ambiente em que vivem;

b) Meio ambiente artificial é aquele constituído pelo espaço urbano, ligado às construções civis. A Constituição Federal/88 refere-se o ambiente artificial como o desenvolvimento urbano (habitação, saneamento, transporte);

c) Meio ambiente cultural: é aquele associado a herança histórica, arqueológica, artística, paisagística e turística, mesmo que seja um ambiente artificial, revela a história de um povo, propiciando com isso o bemestar à sociedade. São os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto;

d) Meio ambiente do trabalho: é o ambiente (local) onde homens e mulheres desenvolvem suas

atividades laborais, na grande maioria passam grandeparte da vida do trabalhado, e nele, carece de garantia e melhoria na qualidade da vida social de todo cidadão consiste na proteção, na segurança e na saúde do trabalhador.

Assim, o ambiente possui seus conceitos e classificação estabelecidas, cada qual com sua característica específica e não apenas como um aspecto ecológico

2.2 Educação ambiental

O termo ambiental, da expressão Educação Ambiental (EA) somente caracteriza um processo mais amplo do que o processo educacional comum, embora seja uma dimensão presente na educação.

A Educação Ambiental aqui enfatizada pode ser vista como uma das forma de reparar os impactos ambientais sofridos ao longo do tempo, podendo ser introduzida já nos primeiros anos escolares, onde serão interagidascom outras disciplinas no intuito de reparar, preservar, conservar e conscientizar sobre a importância de um ambiente saudável.

Entende-se por impacto ambiental qualquer mudança relacionada ao meio ambiente, adversa ou benéfica, que proceda, no todo ou em parte,

resultante das atividades, produtos ou serviços de uma organização. Juridicamente, o conceito de impacto ambiental é oriundo exclusivamente as consequências da ação do homem sobre o meio ambiente (ABNT, 2004).

São vários os conceitos que definem a Educação Ambiental a exemplo da Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/99:

Art 1º. Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977):

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a

ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida (MMA, 2013).

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental:

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 2012).

De acordo com o art. 2º da Resolução do Ministério da Educação:

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 2012).

Na visão de Vesentini (2010), a escola não é apenas uma instituição indispensável para a reprodução do sistema. Dependendo de suas especialidades, ela também é um instrumento de

liberação, contribuindo no desenvolvimento e aprimoramento do raciocínio, na criatividade e no pensamento crítico.

2.3 Práticas educativas

As práticas educativas são amparadas pela própria Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), rege no artigo 7º da Lei 9.795/99 que as instituições educacionais públicas e privadas desenvolvidas no âmbito curricular, devem atuar com responsabilidade a esfera de ação à sua implementação. As práticas inseridas por meio do PNEA são tratadas em duas esferas: a educação formal e a educação não formal. A primeira inserida no artigo 9º reforça as modalidades e os níveis da educação ambiental, apesar de que a Lei é clara quanto à sua obrigatoriedade, seja na educação básica como na educação superior, bem como na educação especial, entre outras modalidades que desenvolvem a cidadania ambiental. Quanto a educação ambiental não formal, o artigo 13da referida Lei trata "das ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio

ambiente". O parágrafo único desse artigo garante ainda que o poder público incentivará a escola, as empresas, as comunidades, os meios de comunicação, etc., a ampla participação a favor das atividades vinculadas à educação ambiental (BRASIL, 1999).

Diante deste cenário, a Educação Ambiental passa a ser desenvolvida como uma prática educativa integrada. Nesse contexto, a geografia escolar assume um importante papel no contexto educacional.

Sendo a geografia uma ciência que permite ao homem a compreensão do planeta em que vive, cabe a ele, auxiliar de uma forma direta ou indireta com conteúdos que a torna mais rica e mais completa. Para isso, o ensino de geografia deve estar inserido num contexto de interesse sócio cultural de forma transversal a exemplo da cultura, segurança pública, atmosfera, meio ambiente, política, entre outras que podem ser trabalhadas paralelas com outras disciplinas.

No que refere-se ao meio ambiente pode ser desenvolvido por, praticamente, todas as disciplinas. No que refere-se a atmosfera, pode ser abordada tanto pela Geografia, como, pela Física, pela Biologia, pela Matemática e outras. Já a cultura pode ser abordada por disciplinas como Português e

História, além da Geografia, afirma Cassol (2009, p. 4).

Ainda sobre as práticas educativas, "a sala de aula não pode ser o limite da Geografia, nem para o professor, muito menos ao educando. O mundo que queremos mostrar é o do lado de fora de quatro paredes" (CASSOL, 2009, p. 6).

Nesse prisma, é por meio da geografia e nas aulas dos anos iniciais do ensino fundamental, que podemos encontrar um estilo diferente de conhecer o espaço, de nos reconhecermos como cidadãos e de sermos agentes atuantes na construção do espaço em que vivemos, afirma Callai (2005).

Entre as iniciativas citadas por Callai (2005), pode-se ter como exemplo a construção de globo terrestre, saber usar a bússola, realizar passeios ecológicos, entre outros como o desenvolvimento e a criação de viveiros no sentido de programas sociais.

2.4 Aspectos legais ao tema

Após aprovação e regulamentação de várias Leis, Resoluções, Decretos, entre outros aspectos legais que reforçam o compromisso com o ambiente natural. Foram campanhas, movimentos, mobilizações entre outros acontecimentos que

influenciaram a Educação Ambiental no Brasil, conforme a síntese apresentada na tabela 1, a seguir:

PERÍODO	ACONTECIMENTOS
1971	Cria-se no Rio Grande do Sul a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN);
1973	Cria-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente, SEMA, no âmbito do Ministério do Interior, que, entre outras atividades, contempla a Educação Ambiental;
1977	SEMA constitui um grupo de trabalho para a elaboração de um documento sobre a Educação Ambiental, definindo o seu papel no contexto brasileiro;
1978	Criação de cursos voltados às questões ambientais em várias universidades brasileiras;
1981	Instituiu a Política Nacional de Meio

Ambiente;

- 1984 O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) apresenta uma resolução, estabelecendo diretrizes para a Educação Ambiental;
- 1986 Acontece o primeiro Curso de Especialização em Educação Ambiental (1986-1988);
- 1987 O MEC aprova o Parecer nº 226/87, do conselheiro Arnaldo Niskier - inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus;
- 1988 A Constituição Brasileira de 1988, art. 225 no capítulo VI - Do Meio Ambiente, inciso VI - destaca a necessidade de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
A Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo e a CETESB publicam a edição-piloto do livro

	Educação Ambiental - Guia para Professores de 1º e 2º graus;
1989	<p>Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela fusão da SEMA, SUDEPE, SUDHEVEA e IBDF, onde funciona a Divisão de Educação Ambiental;</p> <p>Cria-se o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) no Ministério do Meio Ambiente (MMA), apoiando projetos que incluem a Educação Ambiental;</p>
1990	I Curso Latino-Americano de Especialização em Educação Ambiental, PNUMA - IBAMA -CNPq -CAPES - UFMT, Cuiabá, Mato Grosso (1990 -1994);
1991	MEC, Portaria nº 678 (14/05/91) institui que todos os currículos nos diversos níveis de ensino deverão contemplar conteúdos de Educação Ambiental Projeto de Informações

	sobre Educação Ambiental, IBAMA - MEC Grupo de Trabalho para Educação Ambiental coordenado pelo MEC, preparatório à Conferência Rio-92;
1992	Participação das ONGs do Brasil no Fórum de ONGs e na redação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis;
1993	Publicação dos livros Amazônia: uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental (Temas básicos) e Amazônia: uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental (Documentos Metodológicos), (IBAMA - Universidades e SEDUCs da região); Criação dos Centros de Educação Ambiental do MEC, com a finalidade de criar e difundir metodologias em Educação Ambiental;
1994	Aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), com

a participação do MMA-IBAMA-MEC-MCT-MINC Publicação em português da Agenda 21, feita por crianças e jovens, UNICEF;

1996

Criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental, CONAMA
Novos Parâmetros Curriculares do MEC que incluem a Educação Ambiental como tema transversal do currículo Cursos de Capacitação em Educação Ambiental para os técnicos das SEDUCs e DEMECs nos estados, para orientar a implantação dos Parâmetros Curriculares - convênio UNESCO-MEC Criação da Comissão Interministerial de Educação Ambiental, MMA;

1997

Criação da Comissão de Educação Ambiental do MMA Cursos de Educação Ambiental organizados pelo MEC - Coordenação de Educação Ambiental para as escolas técnicas e segunda etapa de capacitação das SEDUCs e DEMECs - convênio

UNESCO-MEC	
1999	Lei n.º 9795/99-Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Tabela 1:Fatos que marcaram a Educação Ambiental no Brasil

Fonte: adaptado de Medina (1997)

A síntese acima representada pela tabela 1 retrata alguns pontos a favor da Educação Ambiental a exemplo da Política Nacional de Educação Ambiental que passou a existir entre os ambientalistas um novo rumo ao destino do meio ambiente, por integrar o mundo educacional embora, a Constituição Federal já assegurava a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, conforme redação do artigo 225, §1º, inciso VI. O que dá o direito a todos os cidadãos brasileiros o acesso à Educação Ambiental.

Quanto a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96, que estrutura as competências educacionais, faz poucas referências à questão ambiental, a exemplo do artigo 32, inciso II, que exige do Ensino Fundamental, "a compreensão ambiental natural e social do sistema político, da

tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade" e o artigo 36, § 1º, com a seguinte menção "devem abranger, obrigatoriamente, [...] o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil", exigência para o Ensino Fundamental e Médio. Já o Plano Nacional de Educação (PNE), menciona que a Educação Ambiental deve ser implementada no Ensino Fundamental e Médio, conforme o instituído pelos preceitos da Lei nº 9.795/99.

Assim, a Lei nº 9.795/99 vem de encontro com as exigências legais, devendo a Educação Ambiental estar inserida em todos os níveis e modalidades de ensino.

Por último, a Resolução CNE/CP nº 02/12 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental no Sistema de Ensino Superior e Educação Básica.

3. TRABALHO DE CAMPO: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A CORRELAÇÃO ENTRE GEOGRAFIA ESCOLAR E O MEIO AMBIENTE NATURAL



Figura 1: Imagem panorâmica da Escola E.L.S.
Fonte: Google earth

A imagem panorâmica de Frutal, localiza a Escola Estadual Lauriston de Souza, fundada no ano de 1978, onde foi realizado o trabalho de campo com alunos do Ensino Fundamental, no município de Frutal, instalada no bairro Estudantil. A escola é uma instituição conhecida entre a população por

"Polivalente" e sua estrutura física ocupa toda quadra.

O trabalho de campo, de acordo com Gil, (2008) procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade.

3.1 Metodologia

Em posse da autorização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento, no dia agendado (10/09/15) a presença na Escola Estadual Lauriston de Souza proporcionou realizar o estudo. Na ocasião a participação dos alunos aconteceu durante o espaço concebido pelo professor de geografia (Rubens), durante a aula do mesmo com duração de 50 minutos (período regular da aula) onde foi feito as perguntas que compõe o questionário. A sala é composta por 28 alunos onde todos manifestaram suas opiniões e conhecimentos adquiridos em relação à temática abordada.

Para anotações dos dados, utilizou-se uma caneta, um gravador portátil, uma agenda e o questionário impresso em folha sulfite, composto por dez questões.

3.2 Resultados e discussões

Após levantamento dos dados colhidos por meio do questionário, obteve-se os seguintes resultados:

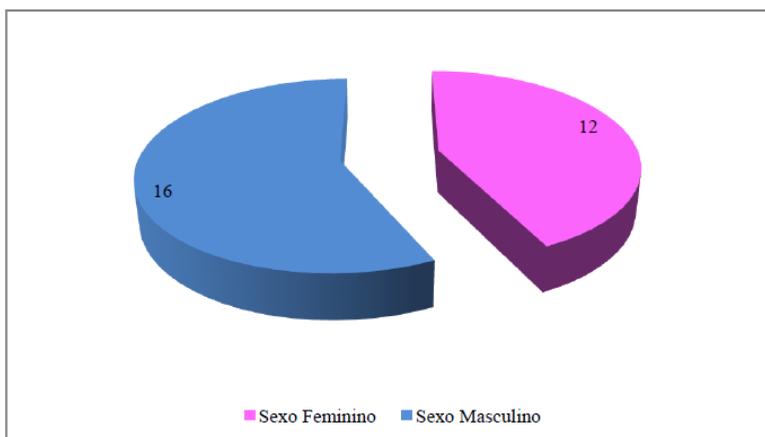


Gráfico 1: Perfil dos alunos
Fonte: Furtado (2015)

Os alunos do nono ano do Ensino Fundamental que fizeram parte do estudo, 12 deles, ou seja, 43% são do sexo feminino enquanto que 16 (57%), são do

sexo masculino, com faixa etária variando entre 13 a 14 anos.

A primeira questão aborda o entendimento do meio ambiente natural, as respostas variaram de acordo com cada aluno assim apresentadas:

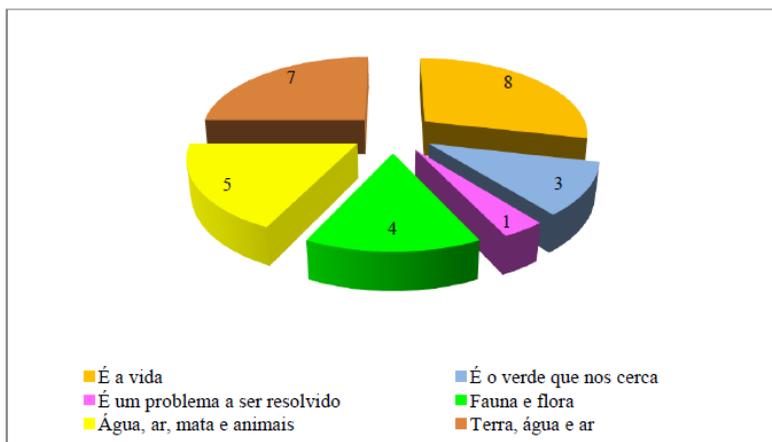


Gráfico 2: Conceito de meio ambiente natural
Fonte: Furtado (2015)

Dos participantes, verificou-se que oito deles (29%) conceituam a vida como o meio ambiente natural, enquanto que sete deles (25%) afirmaram que o meio ambiente é a terra, a água e o ar, já a água, ar, mata e os animais são conceituados por cinco alunos (18%) como meio ambiente, quatro deles (14%), tem a fauna e a flora como conceito de meio ambiente, três deles (11%) afirmaram que é o

verde que nos certa e por último um aluno (3%) teve uma visão mais global, quando afirmou que o meio ambiente é um problema a ser resolvido.

Observa-se também que o conhecimento em relação a temática abordada, os alunos trazem como conhecimento adquirido, aquilo que aprenderam nos livros didáticos. Outra observação é que os mesmos não consideraram o homem como pertencentes deste meio ambiente, apenas o espaço que nos rodeiam, pelo menos não foi citado durante o questionamento.

A segunda questão compreende se algum professor já trabalhou as questões ambientais em sala de aula, os resultados são assim apresentados:

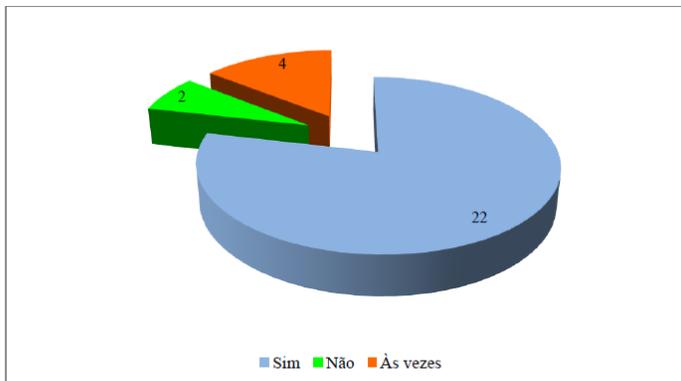


Gráfico 3: Questões ambientais em sala de aula
Fonte: Furtado (2015)

Vinte e dois dos alunos presentes em sala de aula o que correspondem a 79% do total, afirmaram que as questões ambientais já foram e são assuntos de currículo da escola, enquanto que dois deles (7%) afirmaram que não é trabalho a questão do meio ambiente em sala de aula. Esses dois alunos ao responderem que não, a maioria dos alunos questionaram em tom de ironia direcionando aos dois colegas (essa cena deu a entender que os mesmos queriam brincar com a seriedade do trabalho), enquanto que quatro alunos (14%), afirmaram que as vezes. Questionados sobre o por que do "às vezes", explicaram que não só na matéria de geografia, mas em outras matérias também e que o professor deveria aprofundar em aulas práticas e não ficar apenas em comentários propostos pelos livros didáticos.

Em relação de qual a contribuição das práticas ambientais apresentadas e ou desenvolvidas em sala de aula a favor do meio ambiente, apresentou os seguintes questionamentos:

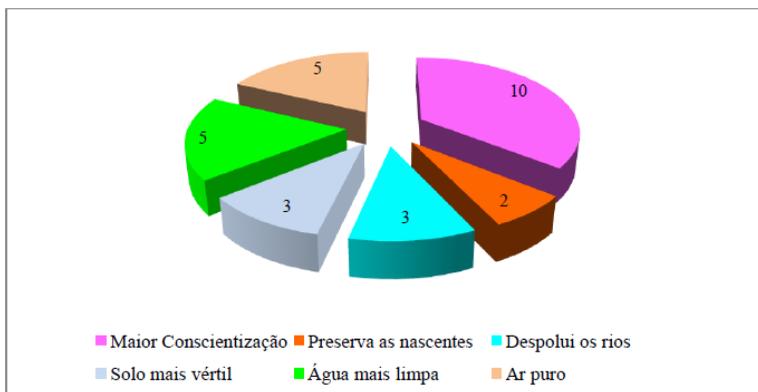


Gráfico 4: Contribuição das práticas ambientais vistas em sala de aula

Fonte: Furtado (2015)

Dez alunos (36%) acreditam que as práticas vivenciadas em sala de aula surte como efeito de conscientização, enquanto que cinco deles (18%) afirmaram que contribui para um ar mais puro e também com (18%), ou seja, cinco deles entendem que as águas ficam mais limpas, as práticas vivenciadas em sala de aula na visão de 3 alunos (11%) afirmam que o solo fica mais fértil, também com a mesma percentagem está os rios que ficam menos poluídos, e por último dois alunos (6%), fazem uma ressalva para a preservação das nascentes.

No que refere-se a questão do conhecimento sobre o destino do lixo produzido na sua cidade, as respostas ficaram assim distribuídas:

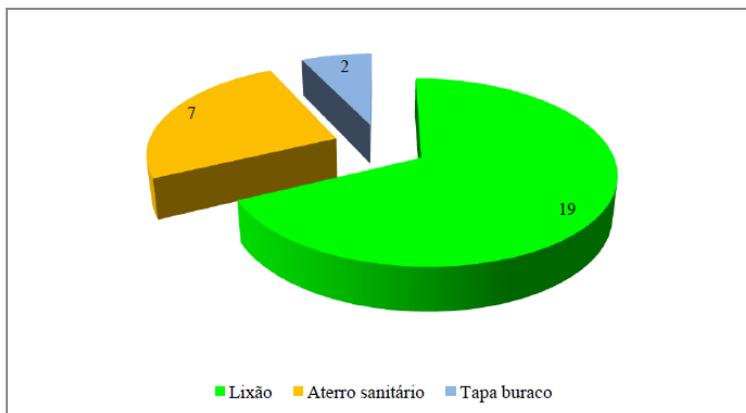


Gráfico5: Destino do lixo produzido pela população
Fonte: Furtado (2015)

O gráfico 5 traduz uma falha diante de que o destino do lixo da cidade de Frutal é descartado no aterro sanitário, enquanto que a maioria dos alunos que fizeram parte do estudo não têm conhecimento do destino do lixo da cidade. Os resultados foram de que 19 alunos (69%) acreditam que o lixo colhido na cidade é encaminhado ao lixão, enquanto que somente sete alunos (25%) possuem o conhecimento de que o lixo é encaminhado para o destino correto,

dois deles (6%) deduzem que o lixo é utilizado para tapar buraco.

Ainda sobre o lixo domiciliar, foi questionado se na casa deles, existe a prática de separar o lixo reciclável do lixo não reciclável?

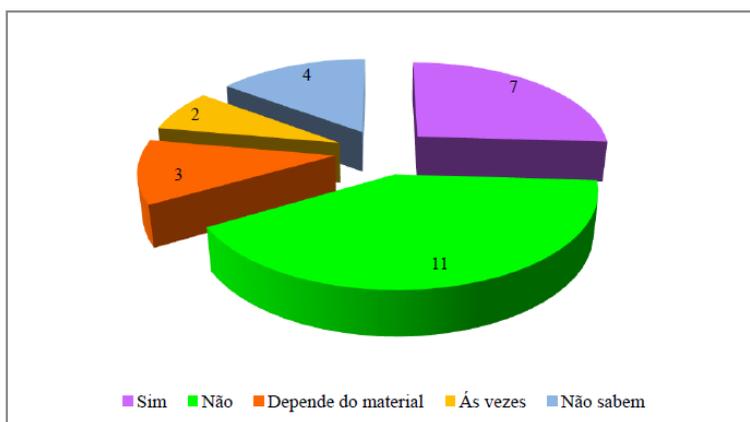


Gráfico 6: Reciclagem do lixo doméstico
Fonte: Furtado (2015)

Nessa questão, considerando o objetivo das aulas ambientais e das práticas desenvolvidas em sala de aula, o número de alunos que praticam a reciclagem do lixo domiciliar em suas residências, é bem pequeno se comparado pelas proporções percentuais. Haja visto que somente sete alunos, ou seja, (26%) deles praticam a reciclagem, enquanto que onze deles (41%) não praticam a reciclagem e

dependendo do material três alunos (11%) fazem a reciclagem, enquanto que dois (7%) às vezes praticam às vezes não e 4 alunos (15%) não souberam informar se em casa fazem reciclagem do lixo domiciliar. Questionado o tipo de material, os alunos referiram-se a garrafas pet (refrigerante) e vidro quebrado, e sobre os alunos que responderam às vezes, argumentaram que nem sempre dá tempo de fazer a reciclagem.

Foi questionado entre os alunos sobre quais os problemas ambientais existentes nos tempos atuais, os dados foram assim distribuídos:

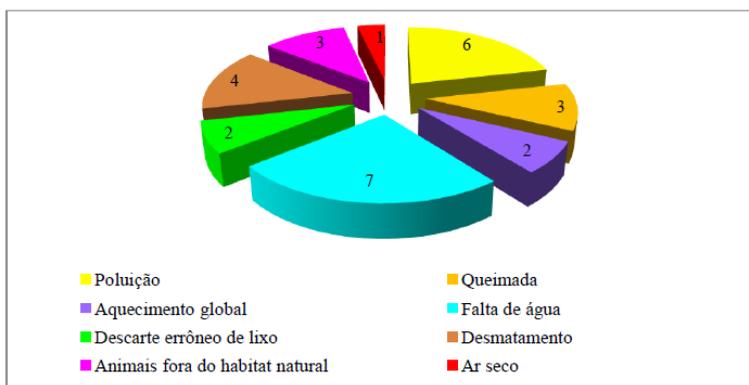


Gráfico 7: Problemas ambientais da atualidade
 Fonte: Furtado (2015)

Na concepção dos alunos que fizeram parte do trabalho, 7 deles (25%), identificaram a falta de água como um dos problemas atuais, seis deles (21%)

acreditam que é a poluição, enquanto que 4 deles (14%) apontaram o desmatamento sendo um dos problemas ambientais da atualidade, três deles (11%) acham que a queimada ainda é um dos principais problemas ambientais, enquanto que 3 (11%) afirmam que são os animais que encontram-se fora do seu habitat natural, e dois deles (7%) realçaram o aquecimento global, também com (7%), ou seja três deles acham que é o descarte errôneo de lixo e um deles (4%) realçou o ar seco.

Questionado quais seriam as ações diárias da população para proteger o ambiente natural, as respostas foram:

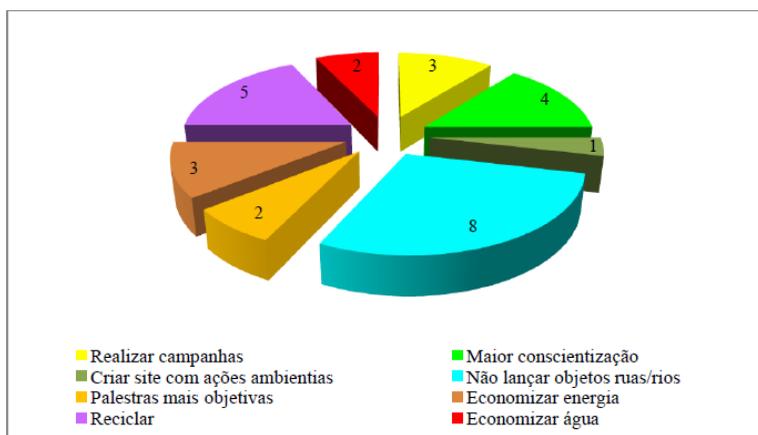


Gráfico 8: Ações da população a favor da proteção ambiental
 Fonte: Furtado (2015)

Oito alunos (29%) acreditam que não lançar objetos nas ruas e nos rios é uma ação a favor da proteção ambiental, enquanto que cinco alunos (18%), afirmam que reciclar é uma forma de proteção ambiental, a conscientização foi apontada por 4 alunos (14%), já as campanhas educativas e a economia de energia ambas foram indicadas por três alunos(11%), enquanto que a economia de água e as palestras mais objetivas, ambas foram indicadas por 2 alunos(7%) e por último um aluno (3%) acredita que criar um site específico para ações sustentáveis é uma das ações para proteger o ambiente natural.

A questão que aborda a concepção dos alunos em relação ao futuro do meio ambiente natural (+/- 30 anos), foi assim apresentadas:

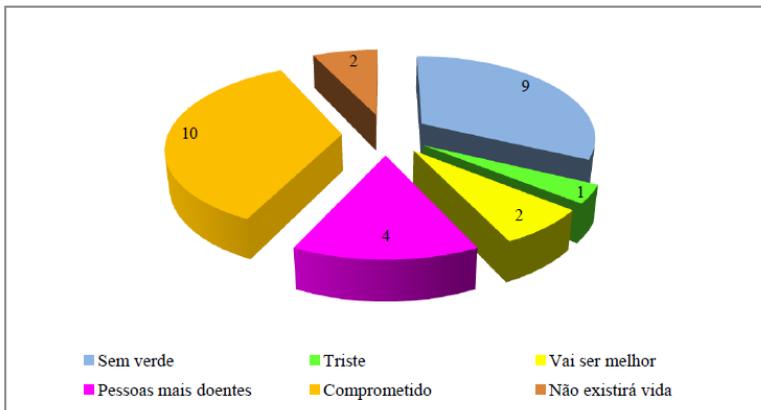


Gráfico 9: Meio ambiente natural e o futuro

Fonte: Furtado (2015)

Dez alunos (36%), tem o entendimento de que o meio ambiente natural no futuro será comprometido, enquanto que 9 do total de 28 alunos (32%) afirmam que o futuro será sem verde, e para 4 alunos (14%), no futuro as pessoas serão mais doentes, enquanto que 2 deles (7%) também afirmam que o meio ambiente natural não existirá num futuro, dois alunos(7%) afirmaram que o meio ambiente no futuro vai ser melhor, acreditam que surgirão novas ideias e que a tecnologia poderá inovar e avançar, capazes de construir um meio ambiente sustentável e um aluno (4%) finalizou que o futuro do meio ambiente natural será triste.

Na concepção dos alunos, os responsáveis pelos impactos ambientais naturais, são:

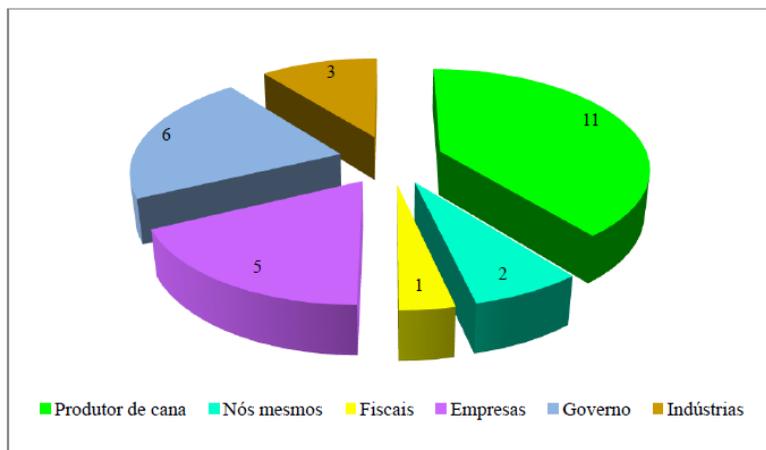


Gráfico 10: Responsáveis pelos impactos ambientais
Fonte: Furtado (2015)

Dos 28 alunos que fizeram parte do estudo, onze deles (39%) direcionaram a responsabilidade aos produtores de cana, enquanto que seis deles (21%) responsabilizam o governo pelos impactos ambientais, as empresas também são apontadas por cinco alunos (19%) como as responsáveis pelos impactos ambientais, enquanto que três alunos (11%), responsabilizam as indústrias, dois deles (7%) afirmam que nós mesmos somos os responsáveis pelos impactos ambientais, ou seja responsabilizam o homem pelos impactos ambientais, e por último um

(3%) deles culpam os fiscais. Os fiscais foram apontados por muitas das vezes não fazerem cumprirem o que rege a legislação ambiental.

Sobre as fontes de informações adquiridas sobre o meio ambiente natural, os alunos informaram que são por meio de:

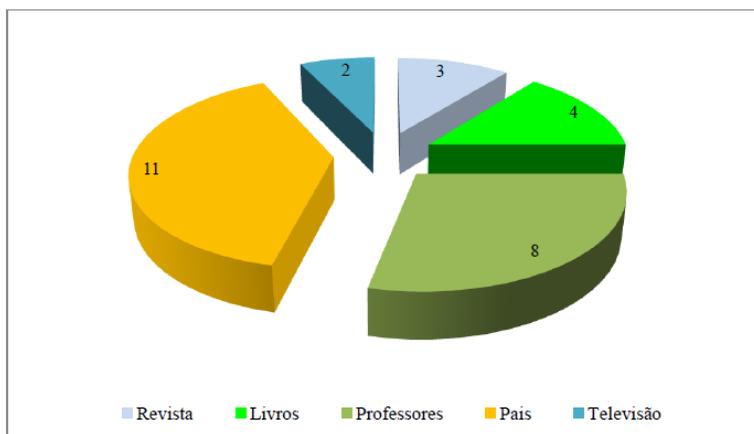


Gráfico 11: Fontes de informações
Fonte: Furtado (2015)

O meio de comunicação sobre o que está ocorrendo no meio ambiente natural, ainda parece estar no convívio familiar e no ambiente escolar. Dos alunos participantes, onze deles (39%), afirmaram que os pais são a maior fonte de informação, enquanto que oito deles (29%), obtêm conhecimento por meio dos professores, enquanto que quatro deles

(14%) as informações chegam através dos livros didáticos, três deles (11%) ficam informados por meio da televisão, enquanto que as revistas resultam em 7% das informações, ou seja, dois alunos adquirem informações meio delas.

Essa questão, apresentou respostas diversas, mas se observar, terá como análise as questões abordadas em sala de aula, ou seja são as mesmas que aparecem como exemplo nos livros didáticos. O que justifica que apesar da aplicabilidade da Educação Ambiental as aulas ambientais são limitadas, uma vez que outros problemas como vazamento de petróleo, contaminação com agrotóxicos, contaminação dos corpos hídricos por meio de esgoto sanitário e a perda da biodiversidade, poderiam ser apontadas pelos alunos.

3.3 Sugestões

Após análise do grau de conhecimento e a percepção dos alunos que fizeram parte do estudo em relação a correlação entre geografia escolar e o ambiente natural, fica aqui a sugestão para que a escola de maneira geral trabalhe de forma diferenciada as questões ambientais.

É por meio de práticas diárias que a Educação Ambiental irá oferecer maior possibilidade de reflexão. Para tanto, é necessário proporcionar aos alunos oportunidades para que os mesmos possam vivenciar maior diversidade de experiências em relação ao ambiente natural, com isso, possibilitará maior compreensão da importância do meio ambiente, bem como seus problemas. Um exemplo para essa sugestão é conduzir os alunos ao campo para realizarem algum tipo de atividade, ao invés de serem limitados com palestras interdisciplinares e conteúdos didáticos.

Essa sugestão possibilitará também que cada aluno seja um multiplicador da experiência adquirida a favor do meio ambiente natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a geografia escolar é um início estratégico para novas práticas políticas, sociais e ambientais. Observou-se também que a tecnologia é um processo inovador que está inserido no contexto educacional, denominado como Geotecnologia com um estreito ligamento entre a geografia e o ambiente natural.

Diante de vários suportes legais, as políticas públicas devem buscar o cumprimento das mesmas no sentido de trabalhar novas formas de aplicar a Educação Ambiental, no intuito de reconduzir o processo educativo.

Em relação a percepção dos alunos do Ensino Fundamental que fizeram parte do estudo em questão, observou-se que há uma ineficácia quando é assegurado por meios legais a obrigatoriedade da Educação Ambiental. Os resultados deixaram a desejar no sentido de que a geografia escolar pode fazer mais pelas causas e que estão inseridas no âmbito legal, apesar da maioria dos alunos terem afirmados que são desenvolvidas algumas práticas ambientais em sala de aula.

Analisando os resultados, a temática fica explícita quanto a necessidade de laborar as questões ambientais de forma diferenciada. Verificou que o meio ambiente ainda é visto como um espaço global, deixando o homem excluído, o que foi observado nas respostas dos pesquisados.

Em relação aos problemas ambientais da atualidade, verificou-se que os estudantes possuem um leve entendimento sobre o real significado. Associam que o problema existe, mas não associam que os problemas ocorrem na sua vida diária. Neste cenário, é necessário implantar ações conjuntas que envolvem a sociedade em geral, em especial no ambiente escolar por meio de estratégias pedagógicas, criando laços entre a escola e o meio em que vivem. Para isso, o educar deve assumir o papel de mediador do processo, enquanto que o aluno deve prover de sua criatividade e exercer seu papel de cidadão.

Se nada for feito, o ambiente no futuro será mesmo como os alunos decorrem: sem verde, mais pessoas doentes, comprometido e triste.

Portanto, o ambiente escolar deve equipar de recursos físico, humano e didático no sentido de valorizar a correlação da geografia com o meio ambiente natural. Sendo o professor apontado pelos

alunos pesquisados, como o segundo maior mediador de informação, e ambos (professor/alunos) defendem a causa a favor do equilíbrio ecológico sustentável, uma vez que são multiplicadores de ações benéficas, e isso é possível por meio da geografia.

REFERÊNCIAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 14.001: Sistemas de Gestão Ambiental Especificação e Diretrizes para Uso.** 2ª edição. 2004. Disponível em: <http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/nbr-iso-14001-2004_70357.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.

BRASIL Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos. In: **3º Relatório de Programa.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosgera1.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

_____. Lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006. **Altera a redação das diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/111274.htm>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. Lein° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 19 set. 2015.

_____. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Ministério da Educação Conselho Nacional da Educação. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_23451844_RESOLUC_AO_N_2_DE_15_DE_JUNHO_DE_2012.aspx>. Acesso em: 07 set. 2015.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2015.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo:** a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. In: Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, UNICAMP, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a06v2566.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2015.

CARVALHO, Maria Inez. **Fim de século:** a escola e a geografia. 2ª ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

CASSOL, Ana DeliseClaich. A geografia saindo da sala de aula para o mundo. In: **10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia.** Porto Alegre, 2009. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20\(8\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20(8).pdf)>. Acesso em: 05 set. 2015.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** 3ª ed. Campinas: Papirus, 1998.

CONOMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 306 de 5 de julho de 2002. **Licenciamento Ambiental:** normas e procedimentos. DOU 19/5, n.138, seção 1. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30602.html>>. Acesso em: 12 set. 2015.

DI MAIO, Angelica Carvalho; SETZER, Alberto W. Educação, Geografia e o desafio de novas tecnologias. In: **Revista Portuguesa de Educação**, 2011, 24(2), pp. 211-241 Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/rpe/v24n2/v24n2a10.pdf>>. Acesso em: 05 set.2015.

FREIRE, William. **Direito Ambiental Brasileiro**. 2^a ed. rev. e atual. 273 p. Rio de Janeiro: Aide, 2000.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Conceitos de Educação Ambiental**. 2013. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

OLIVEIRA, José Junseira Almeida de. **Do Meio Ambiente: uma abordagem jurídica**. 2007. Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=765>>. Acesso em: 07 set. 2015.

VESENTINI, José Willian. Educação e ensino da geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org) et al. **A geografia em sala de aula**. 8ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

VILLA JÚNIOR, Nelson. **Sustentabilidade do Recurso Natural e sua Tutela Legal**. 2008. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_5191/artigo_sobre_sustentabilidade_dos_recursos_naturais_e_sua_tutela_legal>. Acesso em: 07 set. 2015.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO

1. O que você entende por meio ambiente natural?
2. Algum professor já trabalhou as questões ambientais em sala de aula?
3. Qual a contribuição das práticas ambientais apresentadas em sala de aula para o meio ambiente?
4. Você sabe qual o destino do lixo recolhido na cidade?
5. Na sua casa vocês separam o lixo reciclável do lixo não reciclável?
6. Atualmente, quais os problemas ambientais existentes?
7. Qual ação da população para proteger o meio ambiente natural no dia a dia?
8. Em sua opinião como vai ser o meio ambiente natural no futuro? (+/- 30 anos)
9. Quem é o maior responsável pelos impactos ambientais naturais?
10. Fontes de informação a respeito do meio ambiente.

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado a participar do estudo, "Correlação entre geografia escolar e o meio ambiente natural", sob a responsabilidade da aluna Licencianda em Geografia Adriana Lopes Furtadosob orientação da prof.^aMa. Ana Maria Taveira Braga.

O estudo tem como objetivo abordar a correlação entre os conceitos tratados na disciplina de geografia; conhecer as atividades realizadas em sala de aula a favor do ambiente natural; bem como analisar a percepção dos alunos em relação ao meio ambiente natural.

A participação dos alunos neste estudo acontecerá por meio de um questionário, no qual os alunos serão convidados a responder as perguntas sobre o meio ambiente natural. Ressaltando que o estudo é exclusivamente de uso acadêmico, não havendo nenhum gasto e ganho financeiro por participar do estudo. Lembrando que sua participação

irá contribuir para a produção de conhecimento prático nas atividades acadêmicas do curso de Licenciamento em Geografia da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade de Frutal.

Eu, Rubens Ney de Oliveira, declaro que li o termo acima, consenti e responsabilizei pela realização do estudo com os alunos do Ensino Fundamental.

Frutal, ____/____ de 2015.

Rubens Ney de Oliveira
Escola Est. Lauriston de Souza

Adriana Lopes Furtado
Aluna Geografia-UEMG



Editora Prospectiva